**A RECICLAGEM COMO FORMA DE EFETIVAÇÃO DA DIMENSÃO
ECOLÓGICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

RECYCLING AS A WAY TO MAKE EFFECTIVE THE ECOLOGICAL DIMENSION OF
THE DIGNITY OF THE HUMAN PERSON

Luana Maíra Moura de Almeida¹

Kássia Silva Garcia²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influencia da reciclagem na efetivação da dimensão ecológica do princípio da dignidade da pessoa humana e realização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, insculpidos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988. Busca, ainda, investigar a importância dos recicladores para um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Perpassa a questão relacionada à qualidade de vida do ser humano, atrelada ao direito individual da vida e ao direito social da saúde não só dos catadores e recicladores, mas de toda a coletividade. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método de abordagem dedutivo e de pesquisa bibliográfico. Do estudo percebe-se a relação entre a função social dos recicladores com a concretização da dignidade da pessoa humana, bem como a atividade da reciclar como uma forma de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, em como promover o bem de todos, viabilizando um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Palavras-chave: Reciclagem; efetivação; dimensão ecológica; dignidade da pessoa humana.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the influence of recycling on the realization of the ecological dimension of the principle of the dignity of the human person and the achievement

¹Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Professora Mestre do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus de Santo Ângelo. Email: luana.mmalmeyda@san.uri.br

²Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Direitos de Minorias, Movimentos Sociais e Políticas Públicas. Acadêmica do 6º Semestre do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) campus de Santo Ângelo. Email: kassia_silvagar@hotmail.com

of the fundamental objectives of the Federative Republic of Brazil, inscribed in the article 3 of the 1988 Federal Constitution. Also, do the investigation of the importance of recyclers to an ecologically balanced environment. It pervades the question related to the quality of life of the human being, tied to the individual right of life and the social right of health not only of the collectors and recyclers, but to the entire collectivity. For the accomplishment of the research was used the method of deductive approach and bibliographic research. The study reveals the relationship between the social function of recyclers and the achievement of human dignity, as well as the activity of recycling as a way of eradicating poverty and marginalization and reducing social and regional inequalities, well-being of all, enabling an ecologically balanced environment.

Keywords: Recycling; effectiveness; ecological dimension; dignity of human person.

INTRODUÇÃO

A produção de resíduos sólidos na sociedade moderna é realidade que preocupa e carece dos melhores esforços de toda a coletividade e setor público e privado no sentido de reduzir, reutilizar e reciclar, a fim de que os efeitos sobre a qualidade do meio ambiente não sejam ainda mais prejudiciais às presentes e futuras gerações. Nesse sentido, o presente artigo enfrenta a questão da reciclagem e dos recicladores como mecanismos facilitadores da realização da dignidade da pessoa humana na sua perspectiva ecológica e, sobretudo, como uma forma de tornar realidade o ideário insculpido no artigo (art.) 3º da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

A reciclagem é uma forma facilitada participação na construção de um Estado Socioambiental, bem como de todas as pessoas exercerem cidadania ambiental. Além disso, pode tornar o reciclador e a recicladora cidadão e cidadã, desde que não sejam invisibilizados e invisibilizadas. Para tanto, necessário o reconhecimento do seu importante papel e função socioambiental, considerando, em um primeiro momento, a relação entre a qualidade do meio ambiente e o princípio da dignidade da pessoa humana, a fim de que seja percebido o profundo entrelaçamento entre um meio ambiente sadio e a qualidade de vida.

Para que o objetivo desse trabalho, qual seja, de reconhecer a importância da reciclagem e do grupo de trabalhadores e trabalhadoras empenhados nessa função, torna-se relevante, ainda, analisar sua função socioambiental no século XXI, e relacionar a atividade com a realização da dignidade da pessoa humana, da cidadania, e dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º da CF/88).

1 CONTORNOS ACERCA DA DIMENSÃO ECOLÓGICA DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A concepção de dignidade da pessoa humana é uma edificação histórica, que tomou formas ao final da Segunda Guerra Mundial, tendo por base e forte influência Immanuel Kant, um filósofo alemão que dizia que o ser humano era o próprio fim em si mesmo. A partir dessas reflexões, foi pensado um conceito de dignidade, por mais complexo que seja o termo e mais variáveis que possam ser as suas concepções, tendo como digno tudo o que não pode ser trocado, substituído, vendido ou valorado de nenhuma forma. Portanto, afirmava que os seres humanos possuem dignidade, pois são sujeitos autônomos, racionais, livres e dotados de autogoverno. Acreditava também que a dignidade deveria ser outorgada com igualdade a todas as pessoas, independentemente de qualquer reconhecimento social a ela atribuído (SARLET, FENSTERSEIFER, 2014, p. 44-47).

Daniel Sarmiento, em análise sobre a dignidade da pessoa humana, seu conteúdo, trajetórias e metodologia, pondera ainda que, com o passar dos tempos, “de mera proclamação religiosa e filosófica converteu-se em princípio jurídico vinculante de mais elevada estatura, mas isso não a privou de sua dimensão moral. Pelo contrário, a sua positivação é parte importante do fenômeno de abertura do Direito à leitura moral.” (2016, p. 56)

No direito brasileiro, a dignidade da pessoa humana é considerada como fundamento da República Federativa do Brasil, e pode ser encontrada na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 1º, inciso III, colaborando na construção do Estado Democrático de Direito, que tem por objetivo vivificar a justiça social e o respeito a todos os direitos fundamentais, realizando-se, em “dois planos: o da legitimidade moral e o hermenêutico. No primeiro, afirma-se que a dignidade constitui princípio legitimador, que confere fundamento moral ao Estado e à ordem jurídica, ao estabelecer que eles existem em razão da pessoa humana e não o contrário.” Já no que se refere ao papel hermenêutico, exerce a função de “guiar os processos de interpretação, aplicação e integração do Direito.” (SARMENTO, 2016, p. 78-79).

Tomando a dignidade da pessoa humana como princípio de eficácia irradiante, nascem os demais direitos e garantias fundamentais, para que seja assegurado o pleno desenvolvimento social, individual e ecológico da vida de cada ser humano. Nesse sentido, a dignidade nunca pode ser vista como uma invenção constitucional, e sim como algo inerente aos seres humanos.

A dignidade da pessoa humana, contudo, deve ser percebida também sob uma perspectiva ecológica, que supere a garantia da mera existência e/ou sobrevivência biológica, mas que se efetive de forma a assegurar qualidade ambiental, reconhecendo que “a proteção e promoção do ambiente são também exigências da própria dignidade e vida com dignidade do ser humano e de que este tem deveres para com a vida (natureza) não humana, mitigando-se o antropocentrismo característico do constitucionalismo precedente.” (SARLET; MACHADO; FENSTERSEIFER, 2015, p. 40).

Tendo alcançado essa compreensão, a Carta Constitucional brasileira reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental difuso, pertencente à coletividade, ao gênero humano como um todo, com profunda ligação com a vida, mas não apenas, também com qualidade de vida. Segundo o artigo 225 da Constituição Federal, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Entretanto é possível perceber falhas na efetivação dessa dignidade ao observar as inúmeras pessoas que vivem às margens da sociedade tendo como sustento financeiro os resíduos sólidos. Essas que mesmo sem saber exercem um papel de suma importância, que por inúmeras vezes é ignorado pela sociedade. Para esse estudo, se faz crucial entender quem são os recicladores e qual o papel que exercem nos dias atuais.

2 O PAPEL DO REICLADOR NO SÉCULO XXI

A década de 1950 foi marcada pelo alto índice de trabalhos disponíveis e pessoas empregadas, assim como pelo fortalecimento do comércio e o crescimento acelerado do consumo. Essa época foi conhecida como Anos Dourados, e sobreveio como uma superação à crise vivida durante a Segunda Guerra Mundial. Em contraponto às vantagens trazidas, ocorreu um aumento na exploração dos recursos naturais. Muitas empresas e indústrias se consolidaram criando novas formas de comprar e novos produtos. As pessoas além de consumirem tantos recursos passaram a devolver ao meio ambiente grandes quantidades de resíduos sólidos (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 17-19).

No decorrer das décadas esse quadro se intensificou e, da mesma forma, a reciclagem e a coleta seletiva se expandiram. A coleta seletiva pode ser entendida como “a atividade de recolhimento de materiais previamente separados nas fontes geradoras (domicílios, empresas e comércio”. Já a reciclagem, difere-se pois “implica a efetiva

transformação dos resíduos sólidos, que envolve alterações físico-químicas, convertendo-os em matéria-prima para a fabricação de novos insumos ou produtos” (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 41).

Perante a grande produção de resíduos sólidos, a necessidade de recolhimento das matérias e reutilização das mesmas, nasce a reciclagem, como forma de colaborar com a sociedade como um todo e com a vida dos recicladores e catadores individualmente, que conseguem ver através do reaproveitamento de materiais um meio de sobrevivência. Todavia, a viabilidade desse serviço é construída em cima de grandes desigualdades. Fica visível uma população consumista e egoísta de um lado, e recicladores e catadores lutando para sobreviver de outro, ganhando pouco, apesar da imprescindibilidade de seu trabalho e sem valorização do seu importante papel (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 50-53).

Os resíduos sólidos estão entre os maiores problemas desta época, comparado a outros também muito graves, tais como o efeito estufa e a falta de água potável. Apesar disso, percebe-se a imensa desvalorização da reciclagem, um trabalho extremamente importante ao meio ambiente, que tem ocorrido informalmente com o trabalho de cidadãos e cidadãs que vivem às margens de uma sociedade que não demonstra o mínimo de preocupação sobre consumismo ou geração de lixo (GONÇALVES, 2003, p. 91).

É perceptível a falta de interesse da coletividade com o destino das embalagens, lixos e materiais que na sua visão não têm mais utilidade. A maioria das pessoas não reflete sobre para onde vão os resíduos após o uso. Ao que parece, quando descartado o seu lixo, grande parte da sociedade age como se ele se desintegrasse em um passe de mágicas, sem perceber toda a lógica e todos os esforços empenhados em diminuir os rejeitos. Em grande parte dos casos, o que a sociedade descarta, irracionalmente, acaba em aterros sanitários a céu aberto, onde geram mal cheiro, proliferação de bactérias, contaminações e as mais diversas doenças que também causariam se ficassem nas ruas próximos das residências. Enquanto algumas pessoas se perguntam o motivo de separar o lixo, outras trabalham e são diariamente expostos a esse ambiente de risco (GONÇALVES, 2003, p. 23-24).

Nesse sentido, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) apresenta, como uma possível resposta para este conflito entre sociedade de consumo e meio ambiente, uma gestão e um gerenciamento envolvendo toda essa complexidade, desde a geração de resíduos, até a disposição final destes (SERRA, 2015, p. 21). Os planos de gerenciamento dos resíduos sólidos devem explicitar os responsáveis por cada etapa do gerenciamento, além de abranger todo o ciclo de vida do produto. A Lei, em seu art. 3º, inciso XVI, define resíduo sólido como:

Todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede nos estados sólidos ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2010).

Dito isso, é possível perceber que os recicladores exercem uma função fundamental para a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. A realização do trabalho dos mesmos, traz maior bem-estar para toda a população, e também garante a efetivação da dignidade da pessoa humana. Apesar disso, muitas vezes, a sua própria dignidade e integridade não é respeitada e o seu valor não é reconhecido. Contudo, a reciclagem pode e deve ser vista como um instrumento capaz de consagrar o princípio da dignidade da pessoa humana, e realizar alguns dos objetivos da República Federativa do Brasil.

3 A DIGNIDADE EFETIVADA ATRAVÉS DA RECICLAGEM

O trabalho dos catadores autônomos é marcado por carregar carroças e sacolas, lotadas de material que ainda pode ser utilizado, caminhando muito durante os dias e vendendo suas coletas a preços extremamente baixos. Recebendo assim a menor parte de tudo que é recebido na cadeia de reciclagem, mas contribuindo com a maior parte dos produtos reaproveitados. Diante disso, fica claro que as condições que enfrentam são instáveis e arriscadas, pois exigem grande esforço físico e geram, ainda, muita pressão psicológica com a discriminação enfrentada nas ruas (DEMAJOROVIC, LIMA, 2013, p. 58).

Essas questões sociais precisam urgentemente ser observadas pela sociedade como um todo, pois é uma questão que afeta essa geração e as próximas. É possível refletir também que o lixo possui inúmeros sentidos que devem ser abordados, tais como “aspectos econômico, político, sociológico, psicológico, sanitário, afetivo, mitológico e ambiental. Tais aspectos devem ser tecidos de forma interativa e inter-retroativa” (GONÇALVES, 2003, p. 92).

Isto posto, estudiosos têm afirmado que a melhor solução para este problema é o incentivo à realização do trabalho de catadores e recicladores por meio de parcerias com as prefeituras e cooperativas, parcerias estas, que já estão crescendo e se expandindo ao longo dos anos. Dessa forma entende-se que “O trabalho conjunto permitiria uma série e benefícios

para os trabalhadores cooperados, melhorando sua renda a partir de venda direta para as indústrias e garantindo condições dignas de trabalho” (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p. 59).

O assunto meio ambiente tem se tornado cada vez mais comum, e com isso percebe-se, de forma lenta, a desmistificação do papel do catador e reciclador. Assim, se as cooperativas, associações e movimentos de catadores do país, passarem a qualificar profissionais, com treinamentos de segurança no trabalho e campanhas que divulguem a importância da tarefa executada pelos mesmos, acredita-se que seriam melhor valorizados e sua atividade seria dignificada e reconhecida enquanto trabalho importantíssimo que é (OLIVEIRA, 2011, p. 175)

É imprescindível uma maior valorização da parte de cada cidadão e cidadã que trabalham com a reciclagem individualmente, posto que a maior parte dos detritos são realizados dentro das casas e apartamentos. Quando o corpo social se envolve em iniciativas que apoiam a coleta seletiva e a reciclagem, colaboram fortemente com a diminuição de impactos negativos a natureza. Cabe a cada um, ter atitudes atuantes como ser humano, como por exemplo, separar nas próprias casas os materiais que podem ser reciclados, isso também é exercer cidadania (DEMAJOROVIC; LIMA, 2013, p.45-46).

Nisso se dá a realização da cidadania ambiental, que compreende um processo transformador da sociedade, que possibilite novas atitudes frente à ecologia. Para tanto, necessário “repensar o modelo de felicidade da sociedade industrial, que associa, erroneamente, padrão de consumo com bem-estar.” Isso, contudo, só se fará possível se a sociedade não cruzar os braços esperando que a humanidade encontre a razão, pois “Uma ética ecológica exige também uma mudança de atitude individual. Nós não somos donos da natureza, somos parte dela e, portanto, co-responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico.” (MO SUNG; SILVA, 2007, p. 92).

Convém, da mesma forma, que o Estado venha garantir direitos dos catadores organizados, dos recicladores que exercem a profissão de forma autônoma, e também das cooperativas que devem ser vistas como inestimáveis na solução do problema da exclusão social. Ainda, se fazem necessários maiores incentivos fiscais a fim de que esse trabalho seja exercido com animo, respeito e dignidade (GONÇALVES, 2003, p.94).

Outra solução para o problema seria o aprimoramento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento. Ações e programas desenvolvidos pelo Estado voltadas para a redução da desigualdade precisam ter como ponto de partida não somente a dimensão econômica, mas incluir também a dimensão das capacidades e liberdades de cada um, gerando uma nova perspectiva para resolver questões como a miséria, o desemprego e a falta de

equidade. Seria o caso, por exemplo, de programas sociais que investissem em oportunidade de estudo e profissionalização (PINHEIRO, 2012, 19-24).

O importante é entender que são diversos os problemas a serem enfrentados, mas que, apesar disso, não se pode desistir de buscar novas respostas, segundo Pólita Gonçalves,

Os nossos desafios são cada vez mais complexos na medida em que nos dispomos a encontrar soluções mais completas. O lixo é um convite ao pensamento complexo, capaz de considerar a condição humana no âmbito da vida, na terra, no mundo, e de enfrentar os grandes desafios de nossa época. Sem rasgar os sacos, sem nos rasgar de impotência diante de problemas que só podem ser iluminados à luz da complexidade e do pensamento complexo. (GONÇALVES, 2003, p.95).

Portanto, é essencial uma grande conscientização dos brasileiros em geral acerca da importância da coleta seletiva para um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e para que seja efetivo o Estado Socioambiental de Direito. O Estado precisa ter um olhar atento a essas pessoas, e disponibilizar meios de que elas tenham seus direitos respeitados e que sejam valorizadas efetivamente. Dessa forma a cidadania será concretizada em seu sentido mais amplo, e cada cidadão terá parte na construção de um futuro melhor para as próximas gerações.

A reciclagem, portanto, realiza dignidade na medida em que esse princípio constitucional possui uma vertente e dimensão ecológica, que depende da qualidade do meio ambiente que, por sua vez, também se concretiza pela diminuição na produção de resíduos sólidos e sua correta destinação. Sob outra perspectiva, também realiza a dignidade da pessoa humana catadora e recicladora de resíduos sólidos, que alcança sustento para sua família através dessa atividade que, ainda, pode promover a inclusão social através do trabalho e de sua valorização, se a sociedade compreender que, assim como hodiernamente os resíduos sólidos têm valor, também aqueles que trabalham com essa atividade de extrema relevância têm dignidade e merecem respeito e reconhecimento.

4 A RECICLAGEM E OS OBJETIVOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Como se viu, a atividade da reciclagem promove a realização da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, seja pela perspectiva da população que com ela trabalha, seja da coletividade que carece de um ambiente saudável para que possa ter uma vida digna. Vai, contudo, além, pois pode tornar realidade o ideário

insculpido no art. 3º da Carta Magna que elenca, dentre os objetivos fundamentais do Brasil, “III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

O conteúdo trazido no artigo supracitado evidencia que a Constituição Cidadã não é uma Carta Constitucional que se contenta em apenas organizar o Estado e limitar o poder, conteúdo típico das constituições modernas. Em verdade, “Vai muito além disso, prevendo direitos positivos e estabelecendo metas, objetivos, programas e tarefas a serem perseguidos pela Estado e pela sociedade, no sentido de alteração do *status quo*.” A Constituição da República Federativa do Brasil tem olhar prospectivo, definindo um ideal que “deve inspirar e condicionar a ação das forças políticas.” (SOUZA NETO; SARMENTO, 2017, p. 171-172).

Nesse sentido, importante considerar que

Os objetivos fundamentais da República brasileira são metas a serem promovidas por todo o sistema estatal com força coativa imediata, possuindo eficácia vinculante de seu conteúdo, como norte a ser concretizado em toda e qualquer ação dos integrantes do Estado brasileiro. É missão estatal proporcionar o máximo de efetivação dos objetivos da República no menor tempo possível, como farol guia daqueles que necessitam, ou são interdependentes desta iluminação pública, por meio de escolhas públicas concretizadas em políticas públicas voltadas ao desenvolvimento intersubjetivo dos partícipes do sistema constitucional. (FRANÇA, s.d., p. 3).

Se coaduna com o alcance dessa meta estabelecida no texto constitucional a atividade da reciclagem pois os dispositivos da Lei que estabelece a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/2010, reconhecem o “resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania; [...]”, conforme se depreende do seu art. 6º, inciso VIII (BRASIL, 2010). Nesse sentido, “a lei rebate a visão negativa do resíduo sólido, atribuindo-lhe uma conotação de bem não só de valor econômico, mas também social [...]” (SERRA, 2015, p.107)

Através da reciclagem “não se faz possível a exclusão dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis da coleta, triagem e destinação final dos resíduos sólidos, devendo-se assegurar, ainda, a inafastabilidade da participação preferencial desses agentes.” (SERRA, 2015, p.107). Colabora, portanto, com a erradicação da pobreza pois viabiliza mais uma alternativa de trabalho e renda para camadas da população que, muitas vezes, não conseguem se inserir no competitivo mercado de trabalho.

A Lei ainda estabelece, em seu art. 15, que o Plano Nacional dos Resíduos Sólidos deve estabelecer “V - metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão

social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; [...]”. (BRASIL, 2010). Essa perspectiva deve se fazer presente, ainda, nos planos Estaduais Municipais, demonstrando a clara preocupação do legislador com os aspectos econômico e de inclusão social para que, enfim, possam ser efetivados, justamente, os objetivos da República, metas que dialogam profundamente com a dignidade da pessoa humana.

No mesmo sentido, promove ainda o bem de todos pois, como se viu, a reciclagem colabora com a realização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, um direito fundamental que compõe um núcleo essencial do princípio da dignidade da pessoa humana, realizando, inclusive, um desenvolvimento mais sustentável, que compreende um “processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

A prática perpetua uma relação mais consciente com os recursos naturais, que vislumbra a necessidade de que a sociedade precisa se relacionar melhor com o meio ambiente pois, “Não é exagero dizer que a sobrevivência da humanidade vai depender da nossa capacidade, nas próximas décadas, de entender corretamente esses princípios da ecologia da vida.” (CAPRA, 2006, p. 57)

É possível, então, visualizar a reciclagem como um instrumento concretizador dos objetivos da República Federativa do Brasil. Essas metas traçadas no artigo 3º, contudo, precisam da colaboração de todos os atores sociais para que do plano ideal possa se tornar realidade, a fim de que o texto constitucional possa ter experienciado por uma parcela de cidadãos e cidadãs que, muitas vezes, restam esquecidos e esquecidas, seja pela sua condição social, pelo trabalho que realizam ou, ainda, por sequer se fazerem presente, como é o caso das gerações futuras que, precisam dos esforço da sociedade atual para que, no futuro, possam contar com os recursos naturais suficientes para a satisfação de suas necessidades. Isso requer, todavia, não apenas a assunção de uma responsabilidade formal e vazia, mas de um verdadeiro *sentimento de responsabilidade*, não apenas com o outro, mas com a totalidade, com a continuidade e com o futuro.

CONCLUSÃO

Portanto, pode-se concluir do presente trabalho que, evidentemente, é imprescindível que o Estado cumpra seu papel com a criação de leis, programas e incentivos

para o bom cuidado do meio ambiente e para que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores que por muitas vezes são invisíveis, mas que exercem um trabalho de cidadania e que beneficia a todos. Mas, também é fundamental que os cidadãos façam sua parte tomando consciência de suas escolhas desde o momento de realizar suas compras até o momento final de destinação do resíduo sólido que já não o serve mais através da coleta seletiva nos lares.

Somente assim o ser humano terá cumprido com o seu dever fundamental de proteção do meio ambiente, auxiliando na efetivação do direito, igualmente fundamental, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e na efetivação do princípio da dignidade da pessoa humana, para as presentes e futuras gerações, exercendo, portando, sua cidadania ambiental e possibilitando a concretização dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 20 de ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm>. Acesso em: 20 de set. 2018.

CAPRA, Fritjof. **Alfabetização Ecológica**. A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em 20 de set. 2018.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem**: um olhar para os catadores. São Paulo: Edições Sesc SP, 2013.

FRANÇA, Phillip Gil. **Objetivos Fundamentais da República, escolhas públicas e políticas públicas**: caminhos de concretização dos benefícios sociais constitucionais. S.d. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=534488729ab74ff0>>. Acesso em: 20 de set. 2018.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase, 2003.

MO SUNG, Jung; SILVA, Josué Cândido da. **Conversando sobre ética e sociedade**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, D.A.M. **Percepções de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis**: Estudo em uma cooperativa em Salvador-Bahia. 2011. Dissertação (mestrado em saúde, ambiente e trabalho) -Faculdade de Medicina da Bahia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento**: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. **Direito Ambiental**: Introdução, Fundamentos e Teoria Geral. São Paulo: Saraiva, 2014

SARLET, Ingo Wolfgang; MACHADO, Paulo Afonso Leme; FENSTERSEIFER, Tiago. **Constituição e Legislação Ambiental Comentadas**. São Paulo: Saraiva, 2015.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da Pessoa Humana**: conteúdo, trajetórias e metodologia. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de; SARMENTO, Daniel. **Direito Constitucional**: teoria, história e métodos de trabalho. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

SERRA, Tatiana Barreto. **Política de resíduos sólidos: gestão econômica**, responsável e ambientalmente adequada. 1 ed. São Paulo: Verbatim, 2015.

Submissão: 20.09.2018

Aprovação: 20.10.2018